



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORO/RN

Processo n.º 08049223220208205106

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LINDOMAR FERNANDES CARPINO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSENCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A LESÃO EXISTENTE NO PÉ DIREITO E O ACIDENTE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada no PÉ DIREITO tenha decorrido do acidente de trânsito¹**.

ISSO PORQUE, CONFORME EVIDENCIAM OS PRÓPRIOS DOCUMENTOS MÉDICOS APRESENTADOS PELA PARTE AUTORA, A ÚNICA LESÃO OCASIONADA A ELA DECORRENTE DO ACIDENTE OCORREU NO PÉ ESQUERDO, QUE HOUVE TRATAMENTO CONSERVADOR E NÃO APRESENTOU SEQUELAS:

¹SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT.(TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)

queixas: PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU, PASSOU DIRETO SEM PASSAR O CASO

hora: 06:55

Paciente vítima de queda de
altura e lesão HAT 20 minutos, com
coluna com alguns distúrbios
na região lombar de desconforto.
Com alguns distúrbios, alguns com
distúrbios de movimentação de membros
inferiores.

Exame físico - contusão e hematoma de
sustentação e exposição óssea da face lateral do pé esquerdo

Diagn. Inicial: fratura

O AUTOR TEVE ALTA MÉDICA PELO DR. ANTONIO TEIXEIRA NETO:

Pelo Dr. Antônio Teixeira Neto
fratura no pé esquerdo

Dr. Alta Médica pelo
Dr. Antônio Teixeira Neto

Dr. Antônio Teixeira Neto
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM 1.161-RN

ANTONIO TEIXEIRA NETO
CRM - RN - 6228
RQE - RN - 227

Conforme observado no laudo pericial administrativo, não teve sequelas no pé esquerdo, e a vítima já havia recebido alta médica:

DADOS DO SINISTRO

Número: 3200055388 Cidade: Mossoró Natureza: Invalidez Permanente
Vítima: LINDOMAR FERNANDES CARPINO Data do acidente: 21/10/2019 Seguradora: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 05/02/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA CORTO-CONTUSO DE PÉ ESQUERDO (EXPOSIÇÃO ÓSSEA).

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR. ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Documento/Motivo: Recusa – Sem Sequelas (Evolução Sem Sequela Permanente)

Nome do documento
faltante:

Apontamento do Laudo
do IML:

Conduta mantida:

Quantificação das
sequelas:

Documentos
complementares:

Observações: PÁG 2_EVOLUÇÃO/ALTA MÉDICA DATA: 21/10/2019 DR. ANTONIO TEIXEIRA NETO CRM-RN 6228.

ORA, EXA., EM MOMENTO ALGUM A PARTE AUTORA APRESENTA BOLETIM MÉDICO COMPROVANDO LESÃO NO PÉ DIREITO QUE TENHA DECORRIDO DO SINISTRO DISCUTIDO, NÃO PODENDO, ASSIM, SER IMPUTADO À RÉ O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR LESÃO QUE NÃO OCASIONADA PELO ACIDENTE ADUZIDO.

DESTA FORMA, RESTA DEMONSTRADA A COMPLETA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A LESÃO NO PÉ DIREITO E O ACIDENTE!!!

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar indenização ao autor, devendo, assim, os pedidos autorais serem julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MOSSORO, 22 de setembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA
11929 - OAB/RN

